

- 1 FEV 1987

ANC

O ESTADO DE S. PAULO — 23

Política

Primeira semana, o signo da indefinição

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Ninguém podia prever ontem, nos círculos políticos de Brasília, como será esta primeira semana da Assembleia Nacional Constituinte, principalmente depois da antecipação da divisão ideológica provocada por numeroso grupo da bancada do PMDB da Câmara, que quer uma Constituinte exclusiva e com poderes revolucionários.

Calendário para as atividades do Congresso Nacional e da Constituinte só existe para hoje e amanhã. Hoje, a partir das 9 horas, a Câmara e o Senado realizam sessões preparatórias para o recebimento dos diplomas pelos eleitos e a seguir para a prestação do compromisso de posse.

Até aí não haverá problema. As sessões serão dirigidas pelas Mesas

anteriores (integradas pelos senadores ainda com mandato ou reeleitos e pelos deputados reeleitos). Será levantada dúvida apenas quanto aos termos do compromisso. Regimentalmente, ao tomar posse, os eleitos prometem "guardar a Constituição federal". Alguns querem mudar os termos para que o compromisso seja em relação à futura lei maior, que a Assembleia Nacional irá elaborar.

A seguir, o Senado elegerá sua mesa, mas certamente sob protestos do PFL, que não se conformava, até ontem, com os cargos que o PMDB lhe destinou: a 2ª vice-presidência e a 2ª secretaria. Como segunda maior bancada e parceiro do PMDB na Aliança Democrática, entendia ter direito ao menos a um dos dois cargos de maior peso: a 1ª vice-presidência ou a 1ª secretaria.

Depois às 16 horas, será a vez da sessão solene de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, sob a presidência do ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal. Alguns parlamentares estavam pensando em levantar questões de ordem já nessa sessão. Mas, o mais provável, é que tudo fique apenas na solenidade mesmo.

Amanhã é que o dia promete começar "quente". Às 9 horas, reúne-se a Câmara para a eleição do seu presidente e, a seguir, dos demais membros da Mesa. O grupo que quer a Constituinte exclusiva e que propôs que não fossem nem eleitas as mesas do Senado e da Câmara vai tentar boicotar os trabalhos, não dando número em plenário. A divisão deverá tornar-se nítida: de um lado, esse grupo "progressista", de esquerda, de outro, os moderados e conserva-

dores, que querem assegurar o funcionamento do Congresso, ainda que de forma reduzida. Se não houver número para a eleição da Mesa, outras sessões deverão ser convocadas para esse fim. Até que a questão se resolva, a Casa continuará sendo dirigida pela Mesa anterior, sob a presidência, portanto, de Ulysses Guimarães.

Na parte da tarde, às 15h30, reúne-se a Assembleia Nacional Constituinte, ainda sob a presidência de Moreira Alves, para a eleição do seu presidente, que por consenso será Ulysses Guimarães. Aí começarão os problemas. Já há propostas para que, antes de mais nada, seja aprovado um ato normativo estabelecendo as regras dessa eleição — e uma delas, de autoria de Aluísio Campos (PMDB-PB), contém um dispositivo vedando ao presidente da Consti-

tuante acumular qualquer outro cargo ou função. O PFL entende também que, além desse ato normativo, deve ser aprovado outro, antes ou depois da eleição do presidente, para regular o funcionamento provisório da Assembleia Nacional até que seja aprovado seu regimento interno. "Esse período, que pode ser de 15 dias ou mais, não pode ficar no vácuo" — disse o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli.

A partir daí, nada mais está previamente estabelecido. O Congresso Nacional, resolvido o problema das Mesas, volta normalmente ao seu curso. Constitucionalmente só volta a funcionar no dia 1º de março, quando se instala solemente para receber a mensagem do presidente da República. Até então, fica apenas a Assembleia Nacional Constituinte.